

Lazer e sociabilidades das classes trabalhadoras em pequenas comunidades rurais do Oeste mineiro (século XIX)

Leisure and Sociability of the Working Classes in Small Rural Communities of Western Minas Gerais (19th Century)

Evelyn Cristine Oliveira Nascimento

Graduada em Educação Física

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

evelyncon19@gmail.com

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral

Doutor em Estudos do Lazer

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

dvoamaral@gmail.com

Recebido: 11/02/2025

Aprovado: 07/04/2025

Resumo: Pesquisas sobre a história das diversões em Minas Gerais costumam ter como ponto de partida o final do século XIX, privilegiando a análise das sociabilidades supostamente mais sofisticadas, desfrutadas por setores das elites das cidades maiores e com uma dinâmica urbana mais intensa. Esse cenário pode ser explicado tanto por razões teóricas quanto por limitações documentais. Com o intuito de ampliar o estado de conhecimento sobre o tema, a presente pesquisa descreve e interpreta a dinâmica histórica das diversões dos moradores de pequenos distritos e povoados rurais da região do Oeste mineiro, abrangendo quase todo o século XIX. As principais fontes utilizadas foram processos-crime arquivados no Fórum de Oliveira, com as primeiras ocorrências datadas de 1842, estendendo-se até 1900. Os registros estão disponíveis nos acervos digitais da Universidade Federal de São João del-Rei. Tabernas, bebedeiras, jogatinas, festividades, casas de prostituição, espetáculos circenses e caçadas formam as possibilidades de tempo livre reveladas pelas fontes criminais. Os resultados contrariam uma disseminada percepção da hinterlândia brasileira, historicamente marcada pelo estigma do atraso e do subdesenvolvimento, como um lugar pacato, monótono e com poucas opções de divertimento.

Palavras-chave: história; diversões; classes trabalhadoras.

Abstract: Research on the history of entertainment in Minas Gerais often begins in the late 19th century, focusing on the analysis of supposedly more sophisticated sociabilities enjoyed by elite sectors in larger cities with more intense urban dynamics. This scenario can be explained by both theoretical

reasons and documentary limitations. To expand the state of knowledge on the subject, this research describes and interprets the historical dynamics of leisure activities among residents of small rural districts and villages in the Western Minas Gerais region, spanning nearly the entire 19th century. The primary sources used were criminal cases archived at the Oliveira Forum, with the earliest records dating back to 1842 and extending to 1900. These records are available in the digital collections of the Federal University of São João del-Rei. Taverns, drinking bouts, gambling, festivities, brothels, circus performances, and hunting emerge as the leisure possibilities revealed by criminal records. The results challenge a widespread perception of the Brazilian hinterland — historically stigmatized as backward and underdeveloped — as a quiet, monotonous place with few entertainment options.

Keywords: history; entertainment; working classes.

Introdução

Pesquisas que tratam da história das diversões em Minas Gerais costumam tomar como ponto de partida o final do século XIX, privilegiando a análise das sociabilidades supostamente mais sofisticadas, fruídas por setores das elites das cidades maiores e com uma dinâmica urbana mais vigorosa.⁹¹ Esse cenário pode ser explicado tanto por razões teóricas quanto por limitações documentais.

No que tange às razões teóricas, nota-se uma usual vinculação entre os processos de urbanização e industrialização para a conformação de uma nova forma de uso do tempo livre, “dali em diante identificada como lazer” (Amaral; Dias, 2019, p. 63). Partindo dessa premissa, pesquisas históricas sobre o tema frequentemente pressupõem que o lazer inexistia em localidades pequenas e quase inteiramente rurais, o que explica, de um lado, a escolha dos grandes centros, e, de outro, o final do século XIX, período caracterizado por um intenso esforço urbanizador que delineará, na virada para o século XX, uma “pequena revolução dos costumes” (Dias; Machado; Hosken, 2019, p. 1.200).

Do lado das razões documentais, nucleações pequenas, ruralizadas e distantes dos grandes centros geralmente apresentam preservação mais precária, o que desencoraja, quando não impede, tentativas investigativas nesse sentido (Dias *et al.*, 2014). Em outra frente, as principais fontes mobilizadas nas pesquisas sobre o uso do tempo livre em Minas Gerais são os jornais, cujos cronistas carregavam ambições simbólicas de progresso material e comportamental (Amaral, 2022). Nesses

⁹¹ Cf., por exemplo, Rodrigues, 2006; Carvalho, 2010; Oliveira, 2016; Amaral; Dias, 2017; Nogueira Júnior, 2017; Silva, 2018.

termos, é justificável que, ao tomar a imprensa como principal referência informativa, os esforços dos pesquisadores sejam direcionados para a compreensão dos modismos e inovações que preenchiam as expectativas imaginárias dos grupos abastados.

É bem verdade que, nos últimos anos, temos acompanhado um esforço da historiografia mineira na busca por caminhos que possam romper com este panorama apresentado, especialmente no que diz respeito à ampliação das fontes e dos agentes investigados. Marina Nakayama (2016), por exemplo, em pesquisa sobre o tempo livre de trabalhadores de Juiz de Fora, nas duas primeiras décadas do século XX, cotejou um extenso volume de processos-crime dos arquivos daquela cidade, identificando várias formas de sociabilidades lúdicas envolvendo a mão de obra local. Já Caroline Bibbó (2017), em direção parecida, por meio do cotejamento de documentos camarários, examinou, no final do século XIX, na antiga capital mineira, Ouro Preto, posturas e legislações que incidiam sobre diversões “ilícitas”, usualmente fruídas por grupos populares.

Não obstante, em que pese o avanço interpretativo, os novos estudos permanecem concentrados nos grandes centros, com recortes temporais voltados para o final do século XIX. É nessa direção que a presente pesquisa, com a intenção de ampliar o estado de conhecimento a respeito do assunto, descreve e interpreta a dinâmica histórica das diversões dos moradores de pequenos distritos e povoados rurais da região do Oeste mineiro, abrangendo quase todo o século XIX. As principais fontes mobilizadas foram processos-crime depositados no Fórum de Oliveira, com as primeiras ocorrências datadas de 1842, estendendo-se até 1900. Os registros encontram-se disponíveis nos acervos digitais da Universidade Federal de São João del-Rei (Arquivos Históricos e Documentais da Comarca do Rio das Mortes).

Ao todo, foram examinados 910 processos, levando-se em consideração o local do ocorrido, os dados contidos nas denúncias e os depoimentos dos réus e testemunhas. Essa série elencada engloba crimes de diferentes naturezas, como ameaça, agressão física, arrombamento, roubo, assassinato, defloramento, desobediência, estelionato, facilitação de fuga, injúria verbal, perturbação da ordem pública e rapto. Embora os crimes ocorridos constituíssem algum grau de importância, nos interessou, de forma mais incisiva, manejar essas fontes e observar as situações de tempo livre dos moradores dos pequenos lugares investigados. Mais do que os delitos, a leitura ampliada desses processos nos permitiu identificar fragmentos do cotidiano e momentos de diversão das pessoas envolvidas nas querelas processuais.

Para a seleção dos processos, levamos em consideração ocorrências que apresentaram práticas ligadas à questão do tempo livre e que, de alguma forma, se tornaram cenários trágicos para desentendimentos, rixas ou incidentes da vida diária. O acervo documental selecionado foi organizado e agrupado em pastas, com o ano, o local e o divertimento. Os distritos da jurisdição do município de Oliveira nos quais encontramos registros de interesse foram: Bom Sucesso, Cana Verde, Carmo da Mata, Cláudio, Passa Tempo, Perdões, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Francisco de Paula e São João Batista. Também encontramos registros nos seguintes povoados: Cabrais, Frades e Martins (cidade de Oliveira), Serra Negra (distrito de São Sebastião do Curral), Bom Jesus (distrito de Cana Verde) e Lajes (distrito de Carmo da Mata).

As temáticas dos divertimentos, bem como a quantidade de ocorrências encontradas, foram organizadas conforme a seguinte lógica: tabernas (3), bebidas (12), jogatinas (14), festas domiciliares (4), festas públicas (1), festas religiosas (3), festas sem especificações (4), prostituição (4), circo (1) e caça (1). É preciso destacar que essa divisão não reflete uma especificidade rígida entre as possibilidades de tempo livre, podendo, em várias ocasiões, misturar-se. A bebida e a jogatina, por exemplo, poderiam estar presentes na taberna, nas casas de prostituição ou nas festividades. No curso da pesquisa, foram selecionados alguns exemplos de cada temática, na intenção de desnudar especificadas desses divertimentos, não abarcando, portanto, de forma descritiva, a totalidade dos registros encontrados.

Essa documentação, de natureza policial, por vezes involuntária, deixa ver, por meio do depoimento dos réus e testemunhas, fragmentos do cotidiano das pessoas arroladas nos processos, frequentemente dos estratos menos privilegiados, cujo arcabouço informativo não se encontraria em outras fontes disponíveis. Como já disse Daniel Roche (2004): “quem quiser encontrar os pobres deve seguir a polícia”.

De forma complementar, a pesquisa utilizou o jornal *Gazeta de Oliveira*, da cidade homônima, uma publicação fundada em setembro de 1887 pelo português Antônio Fernal, que, no ano de 1899, mudou seu nome para *Gazeta de Minas*. Suas edições estão disponíveis no acervo digital do próprio editorial. Com uma tiragem semanal, circulando sempre aos domingos, o jornal possuía agentes e representantes instalados em cidades e distritos de diferentes pontos do Oeste mineiro, incluindo alguns distritos de interesse da pesquisa, compartilhando uma gama variada de informações, como excursões de circos, caçadas ou relatórios de estabelecimentos que comercializavam bebidas alcoólicas.

“Festas”, “jogatinas” e “bebidas espirituosas”

Em novembro de 1880, o negociante André J. Pimentel, vulgo Baiano, estava em uma taberna no distrito de Cláudio, “tomando aguardente” com Joaquim Julião. Tempos depois, “os dois começaram a se insultar”, quando André, com uma faca, desferiu “diversas facadas” em Joaquim. Além das facadas, André sacou uma garrucha, “acertando o ofendido com dois tiros”, o que ocasionou sua morte (AHCRM, 1890).

Em junho de 1900, em outro registro, dessa vez na povoação de Serra Negra, no distrito de São Sebastião do Curral, o jornalista José Antônio de Araújo Júnior disparou uma garrucha contra Tibúrcio Pereira da Costa, “matando-o imediatamente”. De acordo com testemunhas, “o réu foi impelido a cometer o crime”, uma vez que havia sido “insultado verbalmente” e ainda “agredido com uma faca”. As testemunhas afirmaram que “o réu era um homem pacífico e trabalhador e, em contrapartida, o ofendido estava constantemente embriagado e provocando” (AHCRM, 1900).

O uso abusivo de bebidas alcoólicas, compradas ou consumidas, geralmente, no interior de bares, botequins, tabernas ou vendas, termos usados para definir os estabelecimentos encarregados de comercializar aguardente, cerveja, licores e vinhos, não havendo, segundo Taina Karls (2017), distinção clara entre esses espaços, encontra-se presente na maior parte dos registros selecionados. Segundo apontamentos de Daniel Roche (2004), nas investigações sobre as classes menos abastadas: “quem se ocupa da cultura do povo, não tarda a encontrar o bar”.

No contexto da pesquisa, essas vendas ocupavam um papel central na aglutinação e difusão de informações, uma espécie de “observatório popular” (Chalhoub, 2012). Estavam espalhadas, com uma larga penetrabilidade, nas sedes e nos povoados rurais das nucleações investigadas. Uma evidência a esse respeito, no início do século XX, quando é possível consultar, no jornal *Gazeta de Minas*, lançamentos detalhados de impostos de indústria e comércio de três distritos do município de Oliveira, encontramos os seguintes dados: Passa Tempo, 1 farmácia, 2 fábricas de manteiga, 3 fazendas e 6 tabernas. Santana do Jacaré, 1 farmácia, 4 fazendas, 5 negócios de gado e 9 tabernas. Por fim, Carmo da Mata, 1 farmácia, 1 olaria, 1 fábrica de ferraduras, 2 fábricas de manteiga, 7 fazendas, 14 negócios de gado e 25 tabernas (*Gazeta de Minas*, Oliveira, 24 dez. 1911, p. 3, 4).

Percebe-se que, somados todos os empreendimentos registrados dos três distritos citados, totalizando 82 negócios alcançados pela coletoria, 48,78% eram tabernas. Ou seja, de todo o comércio e indústria local, quase metade estava envolvida com a venda de bebidas alcoólicas. Mesmo se tratando de um recorte temporal mais avançado, isto é, a década de 1910, a pequena diversificação dos

empreendimentos de comércio e o predomínio das tabernas nas três nucleações distritais, sugerem a presença e a importância desses ambientes em períodos anteriores. Em 1819, por exemplo, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilare, de passagem pela cidade de Oliveira, já notava uma relativa movimentação comercial na parte central, com pontos para o consumo de bebidas alcoólicas. Segundo narrado: “Encontra-se em Oliveira várias lojas de tecidos e armarinhos com variado estoque, além de botequins, uma farmácia e dois albergues, cada um com o seu rancho” (Saint-Hilare, 2004, p. 85).

A abertura e manutenção de tabernas estavam intrinsecamente associadas à demanda dos clientes, cuja procura parecia ser bem intensa; caso contrário, não teríamos números tão significativos. Com a bebedice, nas palavras de Maria Rosa (2021, p. 12): “muitos perdiam o juízo e cometiam maus tratos, falavam palavras descompostas, cometiam excessos, faziam parvoíces e davam escândalos”. Esse movimento ajuda a entender o alcoolismo como o principal pano de fundo das teias de sociabilidades impregnadas nos registros policiais.

Em novembro de 1845, por exemplo, “em um distrito da cidade de Oliveira”, os oleiros Antônio Duarte Mendes e José Ferreira da Costa estavam “ajudando na construção da comunheira da casa de Izequiel de Souza”. Ao fim do expediente, os três se reuniram para consumir “bebidas espirituosas”. Neste ínterim, Antônio Duarte, “completamente bêbado”, foi provocado por José Ferreira. Em razão disso, Antônio, “fora de controle”, desferiu um “golpe de faca” em José, ferindo-o gravemente (AHCRM, 1845).

Em janeiro de 1853, no distrito de Cana Verde, às margens de um riacho da povoação de Bom Jesus, Lázaro Antônio Medela e Manoel Joaquim Maduro, “ambos embriagados”, começaram a discutir, “resultando em uma luta corporal”. Segundo testemunhas, que também estavam no local consumindo “cachaça”, “o réu Lázaro teria sido jogado à lama pelo ofendido Manoel Joaquim”. Como vingança, “o réu apontou a espingarda para o ofendido e atirou, não respondendo aos pedidos de sua mãe para parar a briga”. O tiro ocasionou a morte de Manoel Maduro (AHCRM, 1853).

Em setembro de 1862, no distrito de Santo Antônio do Amparo, o réu Joaquim José de Santana, “estando embriagado”, foi “atrás de sua mulher que o havia deixado”. Ao encontrá-la, José Joaquim promoveu uma série de insultos e ameaças. O ofendido Cândido Julião, na tentativa de impedir a continuidade das agressões verbais, “acabou esfaqueado, morrendo dias depois em decorrência do fato” (AHCRM, 1862).

Em novembro de 1877, no distrito de Carmo da Mata, o carpinteiro José Fernandes da Silva, vulgo José Carapina, foi acusado de agredir brutalmente a fiadeira Maria Severina, vulgo Maria Criola.

Segundo consta no processo, o réu invadiu a casa da vítima, e alcoolizado, cometeu “atrocidades” contra ela: “dedo da mão decepado e brechas na região da cabeça”. Uma das testemunhas alegou que “os dois viviam se embebedando e brigando”. O réu alegou que os dois moravam juntos, “insistindo até o final que não foi autor das pauladas e facadas” (AHCRM, 1877).

Outro exemplo, datado de outubro de 1898, no distrito de São Francisco de Paula, o carapina Eusébio Marcelino da Rocha foi denunciado por tentativa de assassinato a Francisco de Paula Gonçalves após uma briga. Estavam, segundo a ocorrência, “o denunciado e o ofendido em um bar, quando Eusébio foi colocado para fora do mesmo e começou a insultar e brigar com o irmão de Francisco. Este, vindo em socorro do irmão, acabou sendo ferido com uma faca”. Eusébio foi levado ao júri e “condenado a um ano e dois meses de prisão” (AHCRM, 1898).

O alcoolismo, para além do seu consumo nas vendas, ruas, praças, beira de riachos, ou ainda residências particulares, também esteve associado a outros divertimentos, tornando-se um ingrediente adicional nas situações de animosidades e violências verbais e físicas. Jogo e embriaguez estavam, na maioria das vezes, associados uns aos outros (Nakayama, 2016). No geral, os registros encontrados nos processos criminais dizem respeito a dois jogos que fizeram parte de momentos de tempo livre dos moradores dessas pequenas nucleações: cartas e víspera. Em pelo menos dois momentos a embriaguez esteve presente nas ocorrências policiais. Nos demais boletins judiciais envolvendo jogatina, embora o consumo de álcool não tenha sido citado, não seria exagero inferir que diferentes bebidas estivessem presentes, visto que, como já foi demonstrado, o seu consumo era largamente disseminado nas localidades investigadas. A brevidade dos registros e a ausência de especificação, na maioria dos casos, dos espaços do jogo, reforçam essa posição.

No caso do jogo de cartas, podemos citar que, em novembro de 1842, “no arraial de Perdões”, o réu Manoel Joaquim Gomes estava “na rua” jogando cartas com Eleutério. No curso da partida, Manoel “avançou para cima” do companheiro de jogatina. O réu, segundo consta no processo, “correu para sua casa para pegar uma espingarda (manguarã) e uma faca para tentar matar Eleutério”. Este fugiu a tempo. Maria Clara de Jesus tentou dissuadir Manoel da ideia de matar o ofendido, e “acabou levando algumas bordoadas na cabeça”. Manoel fugiu do local, porém, logo foi encontrado pelas forças policiais e preso pela dupla agressão (AHCRM, 1842).

Em agosto de 1898, em uma “povoação de Oliveira”, o cabo da esquadra e comandante da brigada policial da cidade, Rodrigues da Silva Perdigão foi “acusado de ter roubado dinheiro que iria pagar os salários de alguns praças”. O réu havia recebido da coletoria “o valor de 386 mil e 200 réis”,

contudo, no depoimento, alegou que “foi chamado para jantar e depois de jogar cartas com alguns indivíduos, só que bebeu demais e quando voltou a si o dinheiro tinha sumido”. Contrariando essa versão, “as testemunhas disseram que perdeu tudo no jogo”. Como desfecho, “o réu foi condenado a 12 meses de prisão, expulsão da Brigada, além de indenizar o Estado” (AHCRM, 1898).

No ano seguinte, em um registro do distrito de Passa Tempo, datado de agosto, durante uma partida de cartas, em local não informado, o lavrador Francisco José de Freitas acusou João Nogueira de “estar roubando”, embora “o próprio Francisco não tivesse muito conhecimento de como se jogava”. Depois de muita discussão, na qual ambos se ofenderam, “o denunciado partiu para cima do ofendido e, com uma garrucha, deu um tiro em Francisco José” (AHCRM, 1899).

Quatro meses depois, também no distrito de Passa Tempo e em local não informado, as forças policiais registraram um novo incidente envolvendo jogo de cartas. Desta feita, Antônio Zacarias Nunes, após uma discussão com José Maximiano Peixoto, em razão de uma suposta trapaça, valeu-se de uma “foice” para agredir José, deixando-o gravemente ferido (AHCRM, 1899).

Já, no caso do jogo de víspera, em mais um registro do distrito de Passa Tempo, em agosto de 1899, o negociante Francisco José de Freitas e o lavrador João Garcia envolveram-se em uma discussão e passaram a “trocar acusações”, “durante uma partida de víspera”. “Logo depois atracaram-se violentamente, quando Francisco deu uma facada em João”. Segundo o boletim policial, “ambos estavam embriagados e alterados no momento do crime” (AHCRM, 1899).

Festas domiciliares, públicas, religiosas, ou ainda sem especificações, também integraram o leque de fruição de tempo livre, e não era raro que esses eventos fossem regados de danças, músicas e, como não poderia deixar de ser, “bebidas espirituosas”. Segundo Léa Perez (2018, p. 37), tomando como referência os relatos de viajantes estrangeiros que recortaram o território mineiro no século XIX, havia uma organização farta de festividades, da elite e populares, com a participação de brancos, negros e índios, promovendo um entrelaçamento de “gentes e coisas, de crenças e valores, de cheiros e sabores”.

Sobre as festas domiciliares, podemos citar que, em outubro de 1853, no distrito de Bom Sucesso, o jornalista Luiz Barbosa de Faria, que participava de uma “súcia”, “no terreiro de Florinda”, por ocasião de um “batizado”, foi acusado de assinar a facadas Manoel Antônio. Conforme o depoimento do réu, ele alegou não se lembrar do acontecido, pois, nas suas palavras, “estava embriagado” (AHCRM, 1853).

Em março de 1879, na área rural da cidade de Oliveira, mais precisamente no povoado de Martins, ocorria um batuque na casa de Silvério. No momento das músicas, o guarda municipal Joaquim Teixeira dos Santos havia pedido para que a lavadeira e fiadeira Maria Teresa “não dançasse, mas ela não deu ouvidos”. Segundo testemunhas, Joaquim, inconformado com a situação, “utilizando um sabre, espancou barbaramente a ofendida”. “O caso foi a júri de sentença e o réu absolvido” (AHCRM, 1879).

Em outro batizado, dessa vez em novembro de 1899, no distrito de Carmo da Mata, os irmãos José Maria Assunção (negociante) e Jonathas José Assunção (ferreiro) foram acusados de espancar, por motivos fúteis, Franklin José dos Santos. Segundo consta nos autos, o processo foi remetido ao juiz de paz, que julgou a queixa improcedente por falta de provas (AHCRM, 1899).

Sobre festas públicas, é instigante um registro datado de abril de 1900, cuja querela ocorreu no distrito de São Francisco de Paula. No dia 26, nas “corridas carnavalescas”, o lavrador Higino Ribeiro Silvino “tomou um tiro no peito que o ofendido inicialmente pensou ter sido pólvora, mas na verdade foi baleado com uma grande quantidade de chumbo”. O autor do disparo foi o “amigo íntimo e companheiro dele na corrida”, José de Barros (carpinteiro). Depoimentos indicaram que o tiro desferido, que quase matou a vítima, era endereçado “ao dono do cavalo em que Higino estava montado, e que alguém, maldosamente, colocou um projétil de chumbo na garrucha, situações que colaboraram para a absolvição do réu (AHCRM, 1900).

Já no que diz respeito às festas religiosas, em 1844, no distrito de Passa Tempo, João Cândido e Tenente Lindolfo Pinheiro Chagas foram nomeados festeiros da procissão do Senhor Morto. Concluída a festa, João Cândido foi até a casa de Lindolfo para acertarem as contas da festa. Chegando à casa, segundo relato da esposa de Lindolfo, “o marido estava de cama, mas convidou o ofendido para entrar”. Ao entrar no quarto, João Cândido começou a falar sobre as contas, quando “Lindolfo se apoderou de um punhal e fez nele um pequeno ferimento, além de lhe dar uma bofetada no nariz”. Como desfecho, “o réu pagou uma fiança e o ofendido não deu continuidade ao processo” (AHCRM, 1844).

Em julho de 1849, “em uma povoação” do município de Oliveira, durante uma “festa religiosa”, o réu José Pacheco Lopes pediu a Joaquim Antônio do Nascimento ouro para enfeitar um anjo. Joaquim “o emprestou alguns colares e pulseiras de sua madrinha, dona Lisarda Maria do Sacramento”. O réu, por sua vez, “hipotecou um pouco do ouro com José Santana e o resto gastou em jogo” (AHCRM, 1849).

Em mais um registro, datado de outubro de 1870, no distrito de São Francisco de Paula, durante uma “festa do Rosário”, o jornaleiro Francisco Correia “bateu em uma crioula”. O oficial de justiça Camilo Alves Pereira tentou prender o acusado, “e ele entrou em briga com o oficial, dando-lhe duas facadas”. “Francisco Correia foi a júri e condenado a 14 meses de prisão por atentado contra a vida” (AHCRM, 1870).

Havia ainda festas cujos registros não oferecem especificações do motivo e do espaço de organização. Em todo caso, reforça um ambiente efervescente de festividades, com uma participação efetiva dos moradores dessas pequenas localidades. Em março de 1855, por exemplo, em “um arraial de Oliveira”, Francisco Antônio dos Santos foi acusado de ter “disparado um tiro na coxa” de Francisco Cordeiro Neto “durante uma festa”. O incidente ocorreu quando o lampião que iluminava a sala foi apagado. Segundo consta nos autos, “ouve-se somente o barulho do tiro, sem que pudesse saber com certeza o autor”. A vítima alegou que “não havia entre ele e o acusado nenhum rancor”. Baseado nessas informações, “o júri foi unânime na absolvição do réu” (AHCRM, 1855).

Em setembro de 1896, em outro exemplo, no distrito de Carmo da Mata, Antônio Vicentino foi acusado de agredir o lavrador Carlos José “com um cacete”, ferindo-o “na cabeça”. Os dois se encontravam “dançando em uma festa” no momento do crime. Segundo testemunhas, o motivo do crime teria sido o ciúme do acusado pela sua mulher, que “goza de má reputação”. O réu prestou depoimento, porém o processo ficou inconclusivo, por motivo da necessidade de novas diligências (AHCRM, 1896).

A prostituição também integrou o leque de tempo livre de moradores das localidades investigadas. De acordo com Renata Cavour (2011, p. 17), essa prática estava intrinsecamente ligada aos homens de variadas classes sociais que buscavam “fuga para uma sociedade que de dia trabalhava e tinha diversas limitações morais sexuais”. Ainda segundo a autora, o principal objetivo era saciar impulsos sexuais supostamente impróprios, bem como forma de iniciação sexual dos mais jovens. Nos registros cotejados, a prostituição aparece como sendo oferecida em “casas” onde residiam “prostitutas”. Não raro, ocorria o uso abusivo de bebidas alcoólicas nesses espaços.

Em setembro de 1861, por exemplo, no povoado rural de Cabrais (cidade de Oliveira), o boiadeiro Honório Antônio foi acusado de espancar brutalmente Cândido Antônio de Moraes. “Os dois estavam na casa de duas irmãs prostitutas se divertindo e se embriagando”. No depoimento o acusado alegou “não se lembrar de nada, dizendo que não estava no seu pleno juízo” (AHCRM, 1861).

Em mais um registro, datado de outubro de 1900, em outro povoado rural de Oliveira, dessa vez sem especificação do nome, o “camarada de viagens” Francisco de Paula Ferreira entrou na “casa da prostituta Mariana Cândida”, acompanhado de José Américo, local que já contava com a presença do topógrafo João Pereira Marques. Segundo consta no processo, “Francisco e João se desentenderam a respeito de quem permaneceria ali dentro e partiram para a luta corporal, sendo que este último saiu ofendido”. O caso foi levado ao júri e o réu absolvido (AHCRM, 1900).

Os processos criminais também indicaram a possibilidade de tempo livre no circo. Segundo a historiadora Rosana Xavier (2019), companhias circenses já excursionavam pela região do Oeste mineiro pelo menos desde o ano de 1842, quando é possível encontrar registros da passagem do Circo Olímpico pelas cidades de Oliveira e São João del-Rei. No quartel final do século XIX, especialmente a partir do ano de 1892, com a proliferação dos ramais da Estrada de Ferro Oeste de Minas, as turnês dos artistas cênicos ficaram mais recorrentes, em razão das possibilidades de transporte mais rápido, barato, seguro e previsível (Xavier, Amaral Dias, 2019). No geral, empresários de circo privilegiavam cidades maiores, com melhores condições de estradas ou pontilhadas por trilhos ferroviários. De outra parte, esses mesmos grupos, ainda que em menor frequência, também visitavam pequenas localidades e povoações, especialmente em dias de festas, transfigurando, como bem apontado por Regina Duarte (1993), o ambiente e o cotidiano das pacatas nucleações mineiras. Nas suas palavras: “qualquer arraial mineiro contava, a cada ano, com a chegada de companhias de circo” (p. 10).

Tomando como referência matérias e propagandas veiculadas pelo jornal *Gazeta de Minas*, é possível encontrar, na década final do século XIX, registros da passagem de circos por pequenos distritos da região, confirmando a possibilidade de fruição de lazer com os espetáculos cênicos. O Circo Equestre, dirigido por Lazaro Telles, que em junho de 1892 visitou o distrito de Cláudio, o Circo União Artística, dirigido por Manoel José de Barros, que em agosto de 1892 visitou o distrito de Santana do Jacaré, ou ainda o Circo Pery & Coelho, “dirigido pelos renomados artistas Pery e Coelho”, que em maio de 1894 visitou os distritos de Carmo da Mata e Espírito Santo do Itapecerica, são alguns exemplos nessa direção (cf., respectivamente, *Gazeta de Minas*, Oliveira, 12 jun. 1892, p. 2; 7 ago. 1892, p. 2; 20 mai. 1894, p. 3).

Encontramos, nas ocorrências judiciais, uma passagem ocorrida em torno do circo. O caso aconteceu em abril de 1874, em um povoado de Oliveira, denominado “Frades”. Na ocasião, o comerciante e chefe da guarda municipal, Herculano Rodrigues, “exigiu para si e sua família entradas para o circo de cavalinhas”, o que foi negado pelo diretor da companhia, o espanhol Manoel Maria

Mendes. Enfurecido com a negativa, segundo declarações de testemunhas, Herculano “começou a injuriar o diretor da companhia equestre” (AHCRM, 1874).

Por fim, as fontes primárias também indicaram a caça. A primeira obra publicada no Brasil dedicada exclusivamente ao tema da caça foi produzida em 1860, por Francisco Adolfo Varnhagen, com o título: *A caça no Brasil, ou manual do caçador em toda América tropical acompanhado de um glossário dos termos usuais da caça*. Nela, o autor oferece um arsenal informativo de sua organização no território nacional, compartilhando experiências, entre outras coisas, de armas, trajes, cães de caça, ambientes da prática, animais de interesse e conselhos ao caçador. Na introdução do trabalho, argumenta-se que: “o exercício da caça, indispensável ao selvagem para buscar alimento, converte-se para o homem civilizado em uma distração lícita, com que dá trégua aos cuidados e trabalhos do espírito, robustecendo o corpo e geralmente o coração” (Varnhagen, 1860, p. 9).

Na *Gazeta de Minas*, por diversas passagens, cronistas locais e correspondentes veicularam informações de caça, com notícias sobre acidentes, vestimentas, utensílios, necessidade de regulação, bem como os perigos da participação de crianças nessa prática (cf., por exemplo, *Gazeta de Minas*, Oliveira, 5 jan. 1890, p. 2; 17 fev. 1895, p. 2; 2 out. 1896, p. 2). Também se veiculou resultados de caçadas, com a participação de pessoas proeminentes de Oliveira e cidades vizinhas, em serras de diferentes pontos do estado, referindo-se à caça como “magnífico divertimento”, de “comoções violentíssimas e prazeres inefáveis” (*Gazeta de Minas*, Oliveira, 22 mar. 1896, p. 2). Em setembro de 1900, por exemplo, a *Gazeta* noticiou uma caça na serra de Carrancas, na qual, “fizeram recentemente diversos caçadores, dentre os quais o nosso colega do jornal *O Resistente*, Major Carlos Sanzio, matando em 12 dias 376 perdizes” (*Gazeta de Minas*, Oliveira, 9 set. 1900, p. 1).

Embora os registros jornalísticos façam referências apenas a caçadores da elite, residentes nas cidades mais proeminentes e que viajavam para pontos de maior visibilidade, cabe destacar que grupos menos abastados, residentes de pequenas povoações e promovendo empreitadas em propriedades rurais da própria localidade de moradia, também estiveram envolvidos com essa atividade na região estudada. Pode-se especular, no caso das camadas trabalhadoras, uma junção do caráter de subsistência da caça, com a dimensão do “divertimento”, este último, elemento reiterado em diversas passagens da imprensa da época.

Encontramos um registro envolvendo a caça. O caso ocorreu em outubro de 1900, no distrito de Carmo da Mata, mais especificamente, no povoado de Laje. Segundo a ocorrência policial, o lavrador Henrique Alves da Cruz, em companhia do menor Joaquim Geraldo dos Santos, “caçava” na

propriedade do fazendeiro Antônio Dias da Silva, pai do menor. Iniciou-se então uma discussão entre Henrique e Antônio, devido à falta de autorização para caçar em sua propriedade. O denunciado (Antônio) agrediu Henrique “e por isso foi levado à Juri de Sentença sendo absolvido” (AHCRM, 1900).

Considerações finais

Os resultados oferecidos pela pesquisa, ainda que com falhas e lacunas, revelam como, ao longo de todo o século XIX, as camadas populares de pequenos distritos e povoados rurais de Minas Gerais tinham à sua disposição um cotidiano lúdico relativamente agitado. Tabernas, bebedeiras, jogatinas, festividades, casas de prostituição, espetáculos circenses e caçadas formam as possibilidades de tempo livre reveladas pelas fontes criminais. Esse repertório representa apenas uma parte das vivências de divertimento desses moradores e trabalhadores. É certo que muitas outras práticas, não explicitadas pela documentação cotejada, estiveram presentes neste cenário. Tudo isso contraria uma disseminada percepção da hinterlândia brasileira, historicamente marcada pelo estigma do atraso e do subdesenvolvimento, como um lugar pacato, monótono e com poucas opções de divertimento (Dias; Ribeiro; Amaral, prelo).

A despeito da historiografia do lazer privilegiar a virada para o século XX, período modernizador marcado por inovações lúdicas fruídas pelas elites dos centros proeminentes, nas menores localidades mineiras, em recortes temporais mais recuados, grupos e práticas, antes invisíveis, estão agora recebendo protagonismo. Tal incursão reforça a necessidade da produção de novos trabalhos igualmente importantes, abarcando, com o rastreio e o uso de novas fontes, grupos sociais diversos, situados nos recônditos. Só assim será possível traçar um panorama mais completo da história das diversões no Brasil.

Referências

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. Festas e diversões em Oliveira, Minas Gerais, no final do século XIX: um novo olhar a partir de um periódico local. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 27, n. 1, 2022.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Lazer e mercado do entretenimento em uma cidade rural de Minas Gerais. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, 2019.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Nos trilhos do lazer: entretenimento urbano e mercado de diversões em Divinópolis, Minas Gerais, 1890- 1920. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, n. 2, p. 237- 261, 2017.

BIBBÓ, Caroline Bertarelli. **Divertimentos em Ouro Preto no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CARVALHO, Jailson Dias. **Lazer, cinema e modernidade**: um estudo sobre a exibição cinematográfica em Montes Claros (MG), 1900-1940. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

CAVOUR, Renata Casemiro. **Mulheres de Família: papéis e identidades da prostituta no contexto familiar**. Tese (Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lazer e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro/RJ: Editora da Unicamp, 2012.

DIAS, Cleber *et al.* História do futebol em Minas Gerais. **Tempos Gerais**, São João del-Rei, v. 3, n. 2, 2014.

DIAS, Cleber; Machado, Ana Flávia; HOSKEN, Vinicius Morais Silveira. O espaço da cultura em Minas Gerais: aglomerações territoriais, desenvolvimento socioeconômico e concentração regional entre 1920 e 2010. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. especial, 2019.

DIAS, Cleber; RIBEIRO, Wecisley; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira. A vida das cidades mortas: lazer, mercados e sociabilidades religiosas no longo século XIX. **Revista Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, no prelo.

DUARTE, Regina Horta. **Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

KARLS, Thaina Schwan. **Comida, bebida e diversão: uma análise comparada do perfil de restaurantes e confeitarias no Rio de Janeiro do século XIX (1854-1890)**. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

NAKAYAMA, Marina Fernandes Braga. **Divertimentos e tempo livre**: experiências dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900-1924). Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NOGUEIRA JÚNIOR, João Martins. **Uma história dos divertimentos do sul mineiro**: Itajubá, Pouso Alegre e Campanha entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (1891-1930). Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. O teatro e algumas diversões em Diamantina: uma história registrada pela imprensa (1888-1915). Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PEREZ, Léa Freitas (coord.). **Festas e viajantes em Minas Gerais no século XIX: compêndio de citações**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

ROCHE, Daniel. **O povo de Paris: ensaios sobre a cultura popular no século XVIII**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **A constituição e o enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROSA, Maria Cristina. Diversão, doença e educação dos corpos na Comarca de Vila Rica (século XVIII). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77146, 2021.

SANT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2004.

SILVA, Igor Maciel da. **Elas se divertem (Barbacena – MG, 1914 a 1931)**. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

VARNHAGEN, F. A. **A caça no Brasil, ou Manual do caçador em toda América tropical acompanhado de um glossário dos termos usuais da caça**. E. & H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1860.

XAVIER, Rosana Daniele. **Respeitável público, o circo chegou: itinerários, espetáculos e estratégias comerciais dos circos na cidade de Oliveira, Minas Gerais, (1888-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

XAVIER, Rosana Daniele; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS Cleber. Cultura, ferrovias e desenvolvimento econômico: circos em Minas Gerais no final do século 19. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 24, n. 1, 2019.

Fontes:

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 1 set. 1880, p. 72.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 14 jul. 1900, p. 52.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 7 nov. 1845, p. 44.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 23 jan. 1853, p. 34.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 5 set. 1862, p. 42.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 19 nov. 1877, p. 58.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 6 out. 1898, p. 94.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 10 nov. 1842, p. 18.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 14 out. 1844, p. 104.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 1 ago. 1898, p. 82.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 10 out. 1899, p. 120.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 3 dez. 1899, p. 154.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 10 ago. 1899, p. 120.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 29 out. 1853, p. 112.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 30 nov. 1878, p. 164.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 22 nov. 1899, p. 110.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 26 abr. 1900, p. 46.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 14 abr. 1884, p. 116.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 24 jul. 1849, p. 40.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. Processos Crime. 18 abr. 1870, p. 88.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 19 mai. 1855, p. 49.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 6 set. 1896, p. 42.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 6 jan. 1861, p. 36.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira. 4 out. 1900, p. 112.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira.
4 out. 1900, p. 44.

AHCRM – Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes. Acervo do Fórum de Oliveira.
16 abr. 1874, p. 154.

Gazeta de Minas, Oliveira, 12 jun. 1892, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 2 out. 1896, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 20 mai. 1894, p. 3.

Gazeta de Minas, Oliveira, 22 mar. 1896, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 24 dez. 1911, p. 3, 4.

Gazeta de Minas, Oliveira, 5 jan. 1890, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 7 ago. 1892, p. 2.

Gazeta de Minas, Oliveira, 9 set. 1900, p. 1.

Gazeta de Minas, Oliveira, 17 fev. 1895, p. 2.